

EXTRATO DA ATA DA 440ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril de 2022, às 09h00min, ocorreu a reunião do Conselho Fiscal da Eletros, por meio do link de videoconferência da plataforma ZOOM, devido à pandemia do COVID 19, que se realizaria na sede da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, situada na Rua Uruguaiana, nº 174 - 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 34.268.789/0001-88, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com a participação dos Conselheiros Fiscais Efetivos, Ailton Andrade, Presidente, Alessandra Lemos de Souza, João Vicente Amato Torres e Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro e do Conselheiro Suplente Dan Abensur Gandelman. Tendo sido verificado e superado o *quórum* mínimo previsto no art. 45, § 2º do Estatuto da Eletros, a reunião do Conselho Fiscal da Eletros – CFE teve início para tratar do assunto constante da Convocação (Carta CFE 007/22, de 18/04/2022):

1) Principais Destaques da Diretoria – Esteve presente o Diretor Financeiro Max Tavares.

1.1) Informes sobre a CIPA Eletros – Além do Diretor Financeiro esteve presente a Gerente da PRA – Simone Castelão. Sobre o tema a Gerente da PRA informou que a Eletros está desobrigada a constituir CIPA e possui um “designado”(titular/suplente), representante dentre seus empregados que tem a responsabilidade de auxiliar na divulgação das regras de prevenção em segurança e saúde no trabalho, nos termos da Norma Regulamentadora do tema (NR-5). Informou que o “designado” emite um Relatório Interno de Acompanhamento que evidência o cumprimento do seu papel. O CFE solicitou que os Relatórios emitidos em 2021 lhe sejam encaminhados, alinhado ao período da emissão do Relatório Manifestação, juntamente com as designações formais da Diretoria, referente aos mandatos relativos aos anos de 2021 e 2022. A gerente acrescentou que sobre o tema, solicitou da área jurídica um parecer sobre tema, o qual (Parecer OLC-050/2022, de 18.04.2022) foi disponibilizado ao CFE nesta data. Após debaterem o tema, e considerando que o recebimento do citado parecer foi intempestivo para esta reunião, o CFE buscou esclarecer alguns pontos de dúvidas e agradeceu a presença da gerente, destacando que fará a análise do documento recebido durante a reunião e, caso entenda necessário, pautará o assunto novamente para esclarecimentos e solicitações adicionais. Momento em que a gerente da PRA se retirou.



1.2) Informes sobre o processo de migração – plano CD – O Diretor Financeiro informou que o processo em curso está correndo dentro do esperado, sem maiores intercorrências.

1.3) Informes sobre o processo de revisão do estatuto da Eletros - O Diretor Financeiro informou que a Eletros ainda não teve um retorno formal por parte das Patrocinadoras até o momento, mas tem ciência que o documento encaminhado está em processo de avaliação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A pauta foi invertida para tratar do item:

3) Informes sobre fechamento das cotas dos planos de benefícios – Sobre o fechamento da cota o Diretor Financeiro informou que ocorreu um atraso no fechamento do mês de janeiro e fevereiro de 2022 em razão da conclusão da avaliação atuarial, o que já foi resolvido.

4) Apreciação do Balancete de fevereiro/2022 – Eletros – Esteve presente o Gerente da DFC, Ricardo Pinheiro, o qual apresentou o balancete de fevereiro.

5) Apreciação do Relatório de Acompanhamento Orçamentário fevereiro /2022 da Eletros – Ainda presente o gerente da DFC apresentou o acompanhamento orçamentário de fevereiro após o que se retirou.

1.4) tema livre –

O Presidente Pedro Paulo da Cunha compareceu à reunião. O conselheiro Ailton perguntou ao Presidente da Eletros a respeito dos assuntos endereçados por e-mail, anteriormente registrados em Atas do CFE conforme a seguir:

- **Estudo sobre aderência do Plano de Gestão Administrativa – PGA**
- A conselheira Elizabeth agradeceu ao Diretor Financeiro o envio do Estudo Atuarial e documentação sobre o estudo e aderência do PGA. Na sequência o Presidente do CFE, Ailton indagou ao Diretor Financeiro por que razão somente foi retirado valor do PGA do Plano CV ONS para custeio inicial dos novos planos que a Eletros pretende criar com a entrada de Entes Federativos como patrocinadores. O Diretor Financeiro esclareceu que Patrocinadora ONS é regida pela Lei Complementar 109, o processo de aprovação de constituição do fundo se torna mais ágil e rápido. Caso a opção fosse de criação do fundo com

recursos considerando ainda o PGA das patrocinadoras Eletrobras e EPE, além do cumprimento das instâncias competentes dentro das próprias Patrocinadoras, haveria exigência de que as decisões fossem ratificadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), gerando um tempo maior de retorno sobre as decisões

- **Formalização de “aceite” por parte do empregado da Eletros que se encontra cedido à Caixa de Assistência à Saúde** – Eletros Saúde. O Presidente da Eletros informou que conforme dispõem o Parecer Jurídico anteriormente encaminhado ao CFE sobre o tema, e considerando as orientações jurídicas não houve alteração no contrato de trabalho do referido empregado e não há, de acordo com aspectos legais e manifestação da área jurídica da Eletros, necessidade de elaborar um documento para formalizar um “aceite” por parte do empregado. O CFE vai avaliar a situação reportada.
- **Relatório diagnóstico do PDTI** – O Presidente da Eletros informou que ocorreu atraso na conclusão do trabalho e que o relatório ainda está em fase de análise e fechamento, o que deve ocorrer nas próximas semanas com envio ao CDE previsto para maio/22 e, posteriormente ao CFE.
- **Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ na Diretoria de Benefícios da Eletros.** A conselheira Elizabeth, dado ter tomado conhecimento ao fazer a leitura das Atas da DEE, perguntou sobre a aprovação da contratação em janeiro/2022 de um novo aditivo contratual com a empresa Venture, consultoria inicialmente contratada para implantação do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ na Diretoria de Benefícios da Eletros, em especial considerando que a empresa havia sido contratada em 2021 para o processo de recertificação da Diretoria de Benefícios, o que incluía revisão dos indicadores de qualidade e treinamento das equipes da Eletros. Adicionalmente perguntou quais ações vêm sendo tomadas pela diretoria para garantir a efetividade na geração dos indicadores e contínuo acompanhamento dos mesmos. A respeito, o Presidente da Eletros informou que o aditivo foi necessário em razão da dificuldade encontrada pela gerência da área (PRG) que assumiu recentemente as atividades do SGQ em dar andamento aos trabalhos visto que os profissionais que foram treinados para fazer a gestão do sistema, por motivação própria, saíram da Eletros sem repassar o conhecimento. Além disso, informou que a Eletros está recrutando um profissional que possa assumir as atividades, com conhecimento do sistema, que possa contribuir para disseminação de conhecimento do SGQ. Ainda sobre o SGQ a conselheira Elizabeth registrou que pela leitura das Atas da DEE não é possível conhecer os indicadores da qualidade, bem como a

análise realizada pela diretoria, as ações para correção de rotas e, tampouco, os resultados alcançados. Destacou, também, que observou que o tema tem sido pautado 1 (uma) vez a cada mês para acompanhamento da DEE, todavia é recorrente o pedido de retirada de pauta e, quando apresentado, o registro em Ata é sucinto a ponto de não permitir conhecer e compreender o que foi tratado.

O Presidente da Eletros informou que os indicadores são acompanhados mensalmente, contudo, em algumas situações por complexidade das pautas das reuniões pode ocorrer de determinados assuntos serem remanejados para uma reunião seguinte. O Presidente informou adicionalmente que a necessidade de aprimoramento de alguns dos indicadores da qualidade, visto que ao avaliar os mesmos foram identificadas algumas distorções nas métricas adotadas para os dias de hoje e que em alguns casos o resultado não permite uma boa avaliação. Sendo assim, acrescentou que no âmbito das ações do Planejamento Estratégico está em processo de revisão o protocolo dos indicadores, tarefa ainda no primeiro semestre de 2022, e que a Eletros, neste ano será submetida novamente a avaliação da auditoria da qualidade. Sobre o registro sucinto do acompanhamento dos indicadores em Ata, disse que agradece a observação, que irá orientar à secretária da reunião para detalhar um pouco mais o tema nas Atas.

Apresentação sobre segurança dos dados da Eletros – Esteve presente o Gerente da PRT e DPO, Fred Siqueira. Sobre o tema o gerente informou que o objetivo da apresentação é responder as questões apresentadas anteriormente pelo CFE

1. **Acompanhamento de Recomendações de Auditorias Externas e Internas** – Esteve presente o auditor interno, André Dias. Sobre o assunto apresentou as seguintes justificativas para as recomendações, conforme abaixo:



Item	Subitem	Tema	Recomendação	Status em 16/03/2022
VIII. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais	- b. Vesting - Plano BD Eletronbrás	- Empréstimo	- estudar a possibilidade de elaboração de cálculo atuarial específico para fundamentar adequadamente uma PCLD - EMPRÉSTIMOS para contemplar o possível default do EEV; - agravar o custo do seguro prestamista cobrado dos novos empréstimos financeiros (não Vesting), com objetivo de constituir um adequado FGE que suporte defaults do EEV; - estudar medidas compensatórias à rentabilidade negativa da carteira de empréstimos do Plano BD Eletronbrás (Vesting) dado decorrer os EEV, com suas distorções, à época de sua respectiva concessão, recomendando, também, que tais análises ocorram de forma prévia ao processo de migração, dado sua repercussão no processo decisório dos participantes, notadamente do Plano BD; - necessidade de identificar os riscos relacionados ao tema recomendando, ainda, que os mesmos fossem destacados no material de divulgação/orientação do processo de migração a ser disponibilizado aos participantes; - reiterou a recomendação de avaliação do tema antes do início da migração, conforme manifestações anteriores constantes das Atas das reuniões 423ª e 425ª deste Colegiado.	A Diretoria Executiva da Eletros registrou na ata da 1.169ª reunião do Colegiado a manifestação da Administração quanto às recomendações, assentando o entendimento de que os apontamentos foram atendidos em função de medidas já adotadas pela Administração, inclusive com apresentações para o CFE e para o CDE.

Item	Subitem	Tema	Recomendação	Status em 16/03/2022
X. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade	- a. Gestão de Riscos	- LGPD	- que o DPO, em conjunto com a CSIP, incremente elementos de aprimoramento ao seu plano de trabalho, evidenciando a descrição dos critérios de priorização das ações, bem como estabeleça métricas de medição da evolução dos trabalhos, de forma que toda a estrutura de gestão da Eletros possa efetuar o adequado e tempestivo acompanhamento do processo, de maneira uniforme para todos os usuários da informação.	A Diretoria Executiva da Eletros registrou na ata da 1.169ª reunião do Colegiado a manifestação da Administração quanto à recomendação, assentando o entendimento de que o apontamento desconsidera as medidas já adotadas pela Administração para a adequação à LGPD, inclusive com a disponibilização ao CFE de documentação associada à iniciativa (atas do CSIP, plano de ação, cronograma, etc.)
		- Gestão de Riscos	- que os principais riscos corporativos identificados no âmbito da Entidade - estratégicos, investimentos, operacionais, previdenciários e de conformidade, sejam geridos de forma sinérgica, e acompanhados por meio de indicadores previamente estabelecidos.	Em linha com apresentação realizada para o CFE, em 08.12.2021, o mapeamento dos riscos corporativos da DF e da PR está contemplado no Planejamento Estratégico 2021/2024, e será executado de acordo com o plano de ação estratégico "P6 - Gestão da Qualidade". Os riscos da DB já se encontram mapeados e certificados pela ISO 9.001/15.
	- b. Controles Internos	- Ambiente de Controles Internos	- que sejam estabelecidos indicadores que permitam avaliar a eficácia dos controles internos, bem como seja estabelecido acompanhamento integrado e periódico das ações para implantar controles que visam minimizar os riscos identificados e priorizados pela administração.	Em linha com apresentação realizada para o CFE, em 08.12.2021, o mapeamento dos controles internos e a implementação dos indicadores da DF e da PR estão contemplados no Planejamento Estratégico 2021/2024, e será executado de acordo com o plano de ação estratégico "P6 - Gestão da Qualidade". Os controles internos e os indicadores da DB já se encontram implementados e certificados pela ISO 9.001/15.

O Colegiado verificou que as justificativas apresentadas necessitam de aprimoramento para melhor entendimento e compreensão e solicitou ao auditor interno, que avalie previamente as justificativas e traga maior completude das informações. O auditor interno disse que esta é uma questão que pode ser revisitada, porém que ele não participa das reuniões e apenas extrai os conteúdos das Atas de ambos os colegiados. A conselheira Elizabeth registrou que de forma geral, entende que deveria ter um plano de ação com prazos para avaliação e respostas às recomendações do CFE.

2. **Informes sobre gestão de Denúncias e PAD's** – Ainda presente o auditor interno apresentou o tema com o registro de que no 1º trimestre de 2022 não houve registro de denúncia conforme relatório extraído do sistema de gerenciamento externo de denúncias.

3. **Apresentação do PAAI e RAAI** – O auditor interno deu início as apresentações informando que, dentre as atribuições associadas à Auditoria Interna está a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, documento que consolida o planejamento da AUD para o exercício de referência e que o mesmo foi apreciado e aprovado pelo CDE na reunião do Colegiado realizada no dia 02.02.2022. Após apresentação do escopo dos trabalhos da AUD para 2022, o auditor interno passou a apresentar os resultados dos trabalhos de auditoria, consolidados no RAAI relativo ao exercício de 2021.



Inicialmente destacou que, por ser o primeiro trabalho produzido contemplando a análise dos controles internos, a conformidade legal e os riscos associados aos atos regulares de gestão, ainda não é possível traçar uma linha histórica de evolução da maturidade dos controles internos, o que deve ocorrer ao longo dos próximos anos. Os trabalhos foram executados baseados nas melhores práticas difundidas pelo IIA Brasil – Instituto dos Auditores Internos do Brasil e transcorreram de forma positiva e colaborativa. As unidades operacionais se mostraram disponíveis e solícitas, com o encaminhamento de informações/documentos de forma tempestiva, em que pese, atualmente, a concorrida agenda corporativa. Considerando-se o escopo dos trabalhos, esta equipe de Auditoria emite sua opinião, limitada à extensão dos testes aplicados, acerca da avaliação de cada um dos escopos.

Relativamente ao RAAI – 2021, o auditor interno discorreu sobre o conteúdo do Relatório das AUDITORIAS PROGRAMADAS para 2021 e destacou que dentre os 9 escopos avaliados pela AUD em 2021, 4 escopos encontram-se adequados; 4 escopos com recomendações e 1 escopo apresenta divergência de entendimento entre a AUD e o Gestor da área.

Sobre os escopos que ensejaram recomendações à Diretoria Executiva será informada dos prazos para implementação das melhorias, sendo estes de 30, 60 e 90 dias para cumprimento conforme avaliação dada pela AUD.

A conselheira Alessandra, destacou que é importante que se tenha um prazo para cumprimento das recomendações, todavia a avaliação dos envolvidos deve ser considerada no estabelecimento dos prazos de forma que no monitoramento que é feito pela auditoria interna os responsáveis pelo cumprimento vão reportar o status de implantação, as dificuldades encontradas e a auditoria poderão auxiliar diretamente à gestão.

A conselheira Elizabeth, perguntou ao auditor sobre os trabalhos de auditoria realizados na PRT, se os auditores tiveram dificuldades de acesso as informações, ao que foi respondido que não, pelo auditor, que acrescentou que na PRT especificamente a evidência apresentada sobre a base cadastral (legada) não fazia sentido no entendimento da AUD.

A conselheira Elizabeth, também sinalizou que sentiu falta no escopo da AUD “avaliar os processos e os controles internos relacionados a concessão, manutenção e pagamento dos benefícios do plano BD” (usando a mesma nomenclatura do Relatório de auditoria).

O Auditor interno informou que inicialmente estava, mas a DEE sugeriu a substituição do escopo pela avaliação da Base Cadastral em 2021. A conselheira sugeriu ao auditor que o escopo para 2022 seja reavaliado para incluir tais processos, dado a relevância dos processos e do fluxo de dados que envolve integrações entre diversos sistemas, incluindo sistemas legados.

O auditor interno, concluiu sinalizando que de maneira geral o ambiente de controles internos encontra-se adequado e os riscos, embora existentes, encontram-se mitigados, salvo os casos explicitamente mencionados ao longo do relatório e de seus anexos, após o que, se retirou.

10) Acompanhamento de regularidade fiscal e previdenciária - O Colegiado tomou conhecimento sobre as certidões que evidenciam a regularidade fiscal e previdenciária da Eletros até o momento.

11) Assuntos Gerais

- O colegiado, partindo de informações prestadas, pela secretaria, em reuniões anteriores, a respeito do seguro D&O, em que foi explicitado que a apólice teria previsão de renovação no mês de maio/2022 e de que a condição de cobertura dos conselheiros suplentes é atendida na medida em que os mesmos estejam substituindo os titulares, deliberou por solicitar que a administração da Entidade avalie a inclusão de cobertura dos conselheiros suplentes do CFE de modo que os mesmos estejam atendidos de forma plena e contínua e não apenas em substituição aos conselheiros titulares. Foi acordado, também, que o Presidente do CFE faça uma interação para esclarecer o assunto, junto ao Presidente da Eletros.

- Cronograma do relatório de manifestação do ano de 2021:

A Conselheira Elizabeth perguntou se os documentos basilares do Relatório de Manifestação estarão disponíveis na data de 29/04/22. A Secretária do CFE respondeu que até 28/04/22 os documentos serão disponibilizados pelas áreas e disponibilizados ao CFE.

12) - Tema livre

- O colegiado do CFE, a partir das informações prestadas pelo gerente da PRT, Sr. Fred Siqueira, debateu e avaliou as questões apontadas e deliberou, à unanimidade, por recomendar à administração da Eletros que faça um diagnóstico com foco nos riscos e controles quanto a não criptografia de dados, bem como o uso de senha master por terceiros e que acorde, junto ao Colegiado, prazo para apresentar o resultado do diagnóstico. Adicionalmente, o Colegiado ressalta que embora o trabalho de elaboração do PDTI esteja em curso, e que deverá fornecer uma solução definitiva que enderece os riscos identificados, tal recomendação deva ser priorizada.

2) Apresentação do conjunto de contenciosos que envolvem a Eletros

- O assunto foi retirado de pauta.



Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Rita de Cássia Análio Ribeiro que secretariasse a reunião, que lavrasse a presente Ata, a qual lida e aprovada, é assinada pelos Conselheiros Fiscais presentes à reunião.

Ailton Andrade

Presidente do Conselho Fiscal

Alessandra Lemos de Souza

Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro

João Vicente Amato Torres

Rita de Cassia Análio Ribeiro

Analista

Gerência Jurídica e de Governança - PRJ